

CONJUNTURA, ESTRUTURA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

WILLIAN JORGE BANDEIRA*

Nos últimos anos a análise de conjuntura econômica através de fundamentos macroeconômicos tem ganhado muita audiência no Brasil e no mundo. Proliferam nas revistas, acadêmicas ou não, cenários macroeconômicos dos mais simples aos mais sofisticados. A razão disso deve-se a importância atribuída às variáveis agregadas, tais como taxa de juros, taxa de câmbio, taxa inflacionária e taxa salarial, como determinantes do nível de atividade econômica e que exercem influência decisiva em vários setores econômicos.

As referidas variáveis são importantes também porque exercem efeitos no nível da demanda agregada. A taxa de juros, por exemplo, atinge diretamente a demanda por bens de consumo duráveis e exerce influência importante na demanda de bens de consumo não-duráveis. Aparece também como variável relevante nas decisões de investir, embora seja o estado de confiança (expectativas) no futuro da economia que aparece como variável decisiva, porém os juros se referem a rendimentos financeiros que concorrem com investimentos físicos e quando os ativos financeiros apresentam taxas de rentabilidade mais atrativas, inibem fortemente os investimentos reais, levando a preferência pela liquidez dos investidores que preferem aplicar seus capitais em ativos de curto prazo.

A taxa de juros apenas parcialmente é determinada pela política monetária do Banco Central e/ou pelas decisões do Copom. Um componente importante dos determinantes dos juros são as expectativas dos agentes econômicos, expectativas essas que se formam nos mercados financeiros e monetários em função de indicadores ligados a dívida pública, ao desempenho da economia e ao sistema de preços, dentre outros.

Expectativas de crescimento da dívida pública (interna ou externa) significam esperar necessidades maiores de financiamento para o setor público, tendo como consequência imediata o aumento das taxas de juros nos mercados futuros e mudança de rumo na taxa presente. Logo, as expectativas dos agentes

colocam limites às ações do governo quanto ao nível das taxas de juros.

A taxa de câmbio apresenta importantes determinações sobre a economia, sobretudo na demanda externa, nos preços internos e no fluxo de capitais com o exterior. A sobrevalorização artificial do câmbio representa perda de competitividade no comércio exterior, embora permita importações mais baratas de máquinas, insumos e matérias-primas que vêm melhorar a produtividade interna. O câmbio desvalorizado melhora a competitividade das exportações, mas encarece as importações e afeta negativamente a demanda interna pela perda de poder de compra dos trabalhadores.

A exemplo da taxa de juros, a taxa de câmbio sofre fortes influências das ações dos investidores internacionais e da política governamental. O governo exerce intensa vigilância sobre o câmbio porque seu movimento tem efeitos marcantes sobre os preços internos e o nível das reservas internacionais, as quais balizam a confiança do país por parte dos agentes econômicos, em termos de pagamentos externos. Aqui reside uma das fontes de instabilidade no Brasil, pois o câmbio flexível fica exposto a toda espécie de turbulência externa, afetando, intensamente, variáveis internas cruciais, tais como preços, juros e a própria dívida interna.

A taxa inflacionária sofreu reajuste modesto com a forte desvalorização cambial, mas não se pode descartar algum refluxo inflacionário no futuro. Por enquanto, a manutenção da demanda agregada em nível baixo, mantém os preços represados devido às dificuldades de repasses de custos. Assim, pode-se aceitar a hipótese de uma certa dose de inflação reprimida, que pode significar um aumento do patamar dos preços absolutos quando o PIB voltar a crescer a taxas acima de 3% ao ano.

Os salários no Brasil continuam baixos, decorrentes da baixa produtividade relativa aos países ricos, embora tenha se verificado ultimamente um ligeiro aumento do salário médio, até mesmo nos setores informais, embora às custas do aumento do desemprego. Esse resultado pode ser atribuído à aceleração do aumen-

to de produtividade advindo das reestruturações empresariais dos últimos 10 anos.

Porém, a análise de conjuntura não pode prescindir da análise estrutural, pois é esta última que condiciona a primeira. A distribuição de renda, por exemplo, é uma variável estrutural de forte determinação em relação à conjuntura. A alta concentração de renda no Brasil condiciona uma alta propensão marginal a consumir, embora sendo baixa a demanda média, porque deixam milhões de brasileiros à margem do mercado, determinando uma grande demanda reprimida. Fato que determina um mercado de estreitas proporções, contribuindo decisivamente para a baixa eficiência operacional das empresas, sobretudo por criar problemas de escala produtiva.

O nível educacional no Brasil é bastante baixo, mesmo comparado com alguns países da América do Sul. O grau de analfabetismo é vergonhoso. Essa condição é uma das responsáveis pela baixa produtividade, pelo alto índice de pobreza e de marcantes desigualdades sociais. É mais uma condicionante estrutural de peso que dificulta bastante uma mais rápida absorção dos novos processos de produção e de gestão que fazem parte da revolução tecnológica e industrial que se passa no mundo.

Outra condição estrutural é a fragilidade tecnológica da indústria brasileira. Os dispêndios industriais médios em P&D e treinamento de pessoal se situa em níveis próximos a 0,7% a 0,5%, respectivamente. Além disso, as bases tecnológica e organizacional, no Brasil, estão fortemente defasadas em relação ao mundo de hoje, com grande contraste entre o quadro internacional e o brasileiro, determinado pela mudança de paradigma das tecnologias intensivas em capital e pela introdução da produção flexível, fato que exige gastos muito mais amplos em P&D e grandes esforços em treinamento e reciclagem de trabalhadores. Essa situação reforça ainda mais a dependência do país ao capital estrangeiro a ponto de transferir para o exterior, somente

1998, cerca de 19 bilhões de dólares em dividendos, lucros e juros líquidos. Eis aí uma das fontes da dívida externa brasileira, a qual foi agravada com a perda da condição superavitária da balança comercial. A dependência tecnológica é tão grande que cerca de 80% das patentes existentes em países em desenvolvimento estão em poder de residentes nas nações desenvolvidas:

"A grande massa de trabalhadores está à margem do processo sindical, a não ser pela obrigação de pagamento de imposto sindical anualmente".

O financiamento através da entrada de capitais de investimentos estrangeiros só vai agravar a situação no futuro, pois o capital que entra não está sendo investido em setores exportadores. Cerca de 81,8% dos 45,3 bilhões de investimentos diretos no Brasil entre 96 e 98 foram aplicados no setor serviços. Setor de baixo poder exportador.

Outros problemas estruturais já foram bastante comentados em artigos anteriores. Não é demais lembrar as "badaladas" propostas de reformas encaminhadas ao Congresso e que não se tem ainda perspectivas de resolução de modo satisfatório. Trata-se das reformas previdenciária, tributária, administrativa, trabalhista, além da lei das responsabilidades fiscais.

Pode-se colocar, ainda, a frágil e desigual estrutura sindical brasileira, a qual concentra poder em poucas categorias de trabalhadores, a maior parte delas sendo do setor público. A grande massa de trabalhadores está à margem do processo sindical, a não ser pela obrigação de pagamento de imposto sindical anualmente.

Em suma, com tantos problemas de ordem estrutural no Brasil, somente os adeptos de soluções milagrosas e/ou daqueles que acham que o Estado pode tudo, podem esperar que o PIB cresça de forma sustentável. Nem tampouco se pode valorizar a tese da oposição entre estabilidade e crescimento. A estabilidade é necessária para o crescimento sustentável, mas este só é possível com o encaminhamento das soluções para os problemas estruturais. E é aí que se faz necessário um projeto nacional de desenvolvimento abrangente ●

*WILLIAN JORGE BANDEIRA é professor do DECON/UFPI, Doutor em Economia pela Unicamp, Consultor da WJB-Consultoria & Projetos Ltda.

A NOVA ECONOMIA E O CICLO DE NEGÓCIOS

WILLIAN JORGE BANDEIRA*

A economia caminha aceleradamente, no terceiro milênio, para consolidar a globalização dos mercados, com as empresas procurando estabelecer estratégias de atuação a nível global. Processos de fusões, incorporações, aquisições, associações e absorções entre empresas, deverão dominar a cena econômica nos principais países industriais.

Assiste-se, hoje, a uma maciça incorporação de novas tecnologias nos processos de produção e nos produtos, correspondendo a uma intensa disputa por mercados à base de inovações tecnológicas, com transformação de "commodities" em produtos de marca e diminuição do ciclo de vida dos produtos pela introdução de produtos novos ou com acréscimo de valor em produtos antigos. Tudo isso, no contexto de uma forte integração produtiva entre as nações, similar a dos mercados financeiros, gerando a necessidade de mudanças radicais nas políticas econômicas nacionais, principalmente às ligadas às bases fiscal, monetária e cambial, as quais deverão estar articuladas à lógica dos mercados real e financeiro a nível mundial.

No Brasil vão ser intensificadas as discussões de participação em mercados regionais no sentido de definir posições nas áreas de mercados da Alca, da Europa e da Ásia.

Mas a nova economia se define, também, por intensa incorporação nos processos produtivos e nos produtos de componentes derivados da tecnologia da informação. Essa incorporação já é tão intensa que os investimentos em tecnologia da informação nos processos produtivos e operacionais das empresas, em muitos casos, já superaram os investimentos em maquinaria pesada. As empresas modernas mudarão radicalmente de configuração, em que seus ativos mais valiosos serão a capacidade criativa baseada em seus recursos humanos e em ativos intangíveis (chips, softwares, patentes, processos, habilidades, tecnologias, marcas, informações sobre clientes e

fornecedores e experiência). É o processo de desmaterialização em curso (capital desincorporado), em que os recursos intangíveis assumem primazia sobre os recursos tangíveis.

A literatura especializada informa a evolução deste processo com os seguintes indicadores: segundo estimativas para os Estados Unidos na década de 90, a informação tornou-se a fonte de aproximadamente três quartos do valor agregado nas indústrias, os automóveis movidos a gasolina, têm mais microchips do que velas de ignição, mais da metade do custo de exploração e extração de petróleo tem a ver com informação. As empresas voltadas para o conhecimento adquirem maior valor de mercado do que em presas tradicionais que ainda têm o capital físico como principal patrimônio. A IBM possuía um capital físico, livre de depreciação em 1996, de cerca de 16,6 bilhões de dólares, enquanto que o capital físico da Microsoft era de apenas US\$ 930 milhões, no entanto, o valor total capitalizado no mercado da IBM era de US\$ 70,7 bilhões; o da Microsoft era de US\$ 85,5 bilhões, grande parte desse valor, portanto, seria atribuído aos recursos intangíveis e sua imensa capacidade de gerar lucros.

Em 1991, as empresas americanas gastaram em tecnologia da informação cerca de US\$ 112 bilhões, contra gastos com tecnologia de produção de US\$ 107 bilhões. Por isso, Thomas Stewart, autor do livro "Capital Intelectual", considera o ano de 1991 como o Ano Um da era da informação, pois foi o ano em que os gastos em informação superaram os gastos em recursos físicos. Em 1982, os gastos com tecnologia da informação alcançaram a cifra de US\$ 49 bilhões. Portanto, esses gastos apresentam uma curva de crescimento exponencial (taxa de crescimento geométrica ao redor de 10% ao ano, entre 82 e 91). Sendo uma tendência inexorável, dá para projetar para as próximas três